

e-formação, mercantilização do ensino? Perspectivas e receios

Francisco António Chaves de Melo¹

“... ao colocar alguns dos processos mais sensíveis da aprendizagem social à mercê de uma lógica de propriedade do mercado, o capitalismo digital já começou a caçar na coutada do ensino.”

SCHILLER, Dan (2001) *A globalização e as novas tecnologias*

1. Introdução.

1.1 - Questões de base:

O desenvolvimento económico e social nas sociedades contemporâneas está ancorado em múltiplos processos os quais, conduzem de diversas formas à aprendizagem individual e/ou colectiva. Não se estranha, por conseguinte, a centralidade das questões atinentes à aprendizagem na sociedades em geral e, em particular, naquelas que enfermam de atrasos persistentes nestas problemáticas. Os sistemas de ensino, como componentes dos processos mais gerais de aprendizagem, são alvo de constantes reflexões e propostas de reestruturação em função das exigências, que, a cada momento, a sociedade lhes coloca.

A este propósito, surgem velhas críticas e algumas novas questões. Como crítica recorrente, afirma-se que, invariavelmente, está desactualizado. Entre as novas questões identificamos três que nos servirão de orientação para a reflexão desenvolvida.

A primeira prende-se com a necessidade de saber se o manancial de informação que a tecnologia actual (a rede) põe à nossa disposição poderá superar a crítica identificada. A segunda, é relativa ao problema de saber se as novas formas e modalidades de ensino, poderão, num curto espaço de tempo, superar, em qualidade, o tradicional ensino presencial. A terceira, mais voltada para um grupo profissional específico, atinente ao conhecimento das consequências que, a formação à distância globalizada, terá na evolução do volume de emprego docente. Nomeadamente, saber se este se reduzirá substancialmente.

A pertinência das questões apresentadas é, para nós, evidente, já que “as redes de computadores estão a generalizar, como nunca aconteceu até agora, o domínio directo que a economia capitalista exerce sobre a sociedade e a cultura”², provocando mudanças que não serão favoráveis a uma parte importante das pessoas. O mais provável é estarmos

¹ Doutorando no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras do Porto; fmelo@letras.up.pt

² SCHILLER, Dan (2001), p. 16

a assistir ao advento de “sociedades de informação dualistas, caracterizadas por um fosso entre infoprivilegiados e infopobres”³, construindo-se mais uma alavanca para o contínuo reforço das desigualdades, já de si enormes.

Actualmente, revela-se portanto, de particular interesse, compreender os efeitos da entrada do capitalismo digital⁴ (privados) nos domínios da oferta de ensino e em particular no que ao ensino superior diz respeito pois, tradicionalmente, este dependeu mais do investimento público⁵ do que do investimento privado, principalmente no que diz respeito àquilo que se entende por investigação fundamental. Importa, pois, determinar algumas das mais relevantes consequências que podem advir da entrada em força da iniciativa privada⁶ neste sector, ainda bastante resguardado da voracidade dos mercados globalizados.

1.2 - Porquê levantar esta questão neste momento?

Em primeiro lugar, porque o sector do ensino é visto actualmente pelos investidores como interessante em termos de remuneração de capitais, dada a ênfase da nova economia no conhecimento e dada a sua, relativa, fraca exploração. Em segundo lugar, porque os custos da oferta de formação (investimento) são francamente reduzidos por esta ser concebida como formação não presencial com suporte nas novas tecnologias de telecomunicações (cada vez mais baratas) e informática (cada vez mais generalizadas). Consequentemente, com um reduzido investimento pode chegar-se a um grande número de consumidores obtendo-se, desta forma, vantajosas economias de escala.

Por fim, a velha questão da certificação dos saberes, crucial na velha economia, deixou de se revelar tão importante, já que, os saberes se desactualizam rapidamente e as leis reguladoras do trabalho se alteram no sentido de flexibilizar os vínculos laborais. Desta feição, é possível aos empregadores escolherem os profissionais pelas suas competências (observadas “in loco” pelo empregador) e não tanto pelos certificados que estes possam apresentar (os vários candidatos ao emprego), e, além disso, de aqueles, proporcionarem, cada vez mais, aos últimos, formação específica no local de trabalho⁷.

1.3 – As mudanças recentes.

O último quarto século XX acrescentou importantes “mutações técnicas que se baseiam na utilização universal da informática, de novos materiais de síntese, das biotecnologias”⁸ e das telecomunicações que, no conjunto, impuseram novos caminhos ao

³ MAGALHAES, José (1995), p.225

⁴ Mercado tendo a rede como centro, na aceção de Dan SCHILLER.

⁵ A este propósito, reveste-se de especial significado o desenvolvimento das tecnologias que tornaram a Internet viável, as quais foram inteiramente financiadas por capitais públicos e mesmo por cidadão individualmente (Berners-Lee desenvolve a estrutura da *WWW*). Os privados, que inicialmente não desejaram investir nestas tecnologias, após meados da década de 90 do século passado, quando a sua exploração se tornou apetecível como fonte de novos lucros, transformaram esta tecnologia num importante campo de remuneração dos seus capitais. Manuel CASTELLS, refere o ano de 1995 como o da generalização do uso da world wide web, no entanto, tal terá sido evidente principalmente nos EUA. Em Portugal lança-se a iniciativa Missão para a Sociedade da Informação em 1996, que, veio a produzir um documento orientador das políticas públicas em 1997.

⁶ “o entusiasmo dos industriais do mundo inteiro pelos serviços multimédia explica-se em parte pela desregulamentação histórica que se processa em pano de fundo.” *in* NORA, Dominique (1996), p. 126

⁷ Opção muitas das vezes vista apenas como uma nova fonte de receitas para as empresas, já que, por exemplo, na União Europeia, a formação é financiada por importantes fundos públicos.

⁸ VINDT, Gérard (1999), p.112

sistema capitalista⁹. Assiste-se, também neste período, ao “enfraquecimento estrutural das organizações sindicais” e ao crescimento das trocas internacionais sem se ter promovido o emprego. Mais uma vez, “o liberalismo beneficia principalmente o mais forte.”¹⁰ Além disso, as políticas de desregulamentação de todos os mercados mundiais reforçam os grandes grupos transnacionais enfraquecendo a capacidade de intervenção dos Estados na relação directa da sua dimensão económica e tecnológica.

No que respeita ao conhecimento, a empresa global (ou transnacional), base do modelo neo-liberal, “localiza os seus laboratórios de investigação nos territórios em que encontra muitos investigadores¹¹ e sábios, os quais, graças a contratos de investigação financiados pela empresa, não transferir os seus conhecimentos dos laboratórios públicos para os laboratórios da empresa”¹², da mesma forma, as actividades de concepção de conteúdos para o ensino/formação, localizam-se nas cidades do conhecimento, onde exista uma comunidade académica particularmente activa, transferindo, da mesma forma, os saberes das Universidades Públicas para as empresas privadas.

2 . A e-formação¹³

A *www* (ínfima parte da rede) é constantemente re-alinhada, de forma a constituir um poderoso meio de consumo, oferecendo uma panóplia extremamente alargada de produtos. No entanto, só ultimamente¹⁴ é que se registou um forte acréscimo nos produtos de “ensino” muitas das vezes ligados ao lazer - aprender jogando - sendo por isso produtos poderosos, quer em termos de receptividade pelos consumidores quer mesmo para divulgar ideias ou promover a venda de outros produtos. As reais possibilidades de expansão desta realidade são ainda desconhecidas, “as aplicações que farão com que a sociedade da informação descole verdadeiramente talvez ainda nem sequer tenham sido imaginadas.”¹⁵

⁹ Essencialmente os caminhos que decorrem das mutações produtivas resultantes da ênfase que hoje se coloca na produção de conhecimentos, ocupando estes, o centro do processo de produção.

¹⁰ VINDT, Gérard (1999), p.112

¹¹ A este propósito é reveladora a interacção entre investigação e o ensino que Raquel Gonçalves concebe. Nas suas palavras “a investigação encontra-se, mais do que nunca, entrelaçada com a docência (...) nem só à investigação cabe o papel de assegurar o progresso científico. O mesmo se exige ao ensino.” *in* GONÇALVES, Raquel (1991) p. 122

¹² GIRAUD, Pierre-Noel (1999), p. 74

¹³ Do inglês *e-learning*. “e” de electrónico. “ Poderosa ferramenta de ensino à distância que servindo-se da internet/intranet possibilita a transmissão de informação, conhecimento e cultura. Conceito que liga as necessidades individuais e empresariais de conhecimento à produção científica e técnica das universidades, potencialmente, de todo o planeta. e-formação define-se ainda como “qualquer actividade de aprendizagem que envolva uma rede de computadores, sem no entanto ser necessária a transmissão de material através da rede. Uma actividade de pesquisa na internet - recolha de informações para trabalhos escolares, académicos e profissionais é uma forma de e-formação, já que as actividades principais são pesquisadas através da rede Internet.” (TONELLI, Márcio, 2004). Optou-se pela tradução para e-formação, porque entendemos que formar é, ao mesmo tempo, educar, instruir e desenvolver capacidades e aptidões. Contudo reconhecemos que, em Portugal, a designação “formação” para processos de aprendizagem é, muitas vezes, utilizada de forma redutora e referente a um modelo de aprendizagem de menor nível ligado essencialmente ao desenvolvimento de aptidões práticas. Também entendemos, da mesma forma que COSTA e PERALTA que, o conceito de e-formação, se refere ao “conjunto de métodos de ensino e aprendizagem à distância que utiliza como principal recurso tecnológico os computadores e as plataformas de comunicação em rede.” (COSTA, e PERALTA, 2002)

¹⁴ “o impulso para explorar as redes segundo as regras do mercado só acelerou decisivamente no decurso dos anos 80 e 90” *in* SCHILLER, Dan (2001), p. 231

¹⁵ NORA, Dominique (1996), p. 13

Esta realidade é, contudo, recente (a *www* aparece generalizada apenas em 1995) e atinge de forma diferenciada os territórios nacionais que constituem a comunidade internacional. Sem se mostrar necessário explicitar as diferenças entre o Norte e o Sul¹⁶, tomando como exemplo o caso português, escrevia Libório da Silva, em 1996, no seu “Guia da Internet em Portugal” que, “os Institutos Superiores e Universidades albergam mais de 50% dos utilizadores”¹⁷ portugueses da Internet, criticando que “algumas universidades ainda entendam que o acesso à Internet é só para alguns eleitos”¹⁸, desde então, esta realidade sofreu rápidas alterações mas, mostra que no país o uso da internet ainda não se tinha generalizado.

A difusão crescente das redes de informação tem permitido que estas sejam cada vez mais interessantes como instrumentos de procura, aquisição e partilha de conhecimentos para estudantes, professores e investigadores. Contudo, a sua utilização é mais viável para aqueles que, antecipadamente, já detêm um nível de formação elevado. Para entender a especificidade desta vocação basta levantar o conjunto de desafios que será sempre necessário ultrapassar, para chegar a “bom porto”, navegando em “oceanos de informação” sem uma “Estrela do Norte” no firmamento (por exemplo: informação hierarquizada, fontes credíveis, livre acesso, sistemas rápidos, configuração das pesquisas com plataformas intuitivas, etc...), que, no final, possibilitasse a aquisição de informações relevantes e válidas, essas sim, úteis para produzir conhecimento. Por conseguinte, facilmente se percebe que, no quadro das realidades presentes, a realização de pós-graduações seja um dos serviços com mais procura na “teia”¹⁹, talvez pela capacidade de leitura crítica dos consumidores deste serviço, pela eliminação de deslocações e inexistência de horários rígidos.

Estamos, no entanto, ainda longe de conhecer um sistema de ensino que elimine a sala de aula, por muito que se apontem vantagens aos processos de *e-formação* (possibilidade de aprendizagem individualizadas, ritmos decididos pelo aluno, sem custos de deslocação, permanência junto à família, etc...).

2.1 Que evolução na formação à distância?

A educação à distância (não presencial) corresponde a situações de aprendizagem em que o docente e o estudante se encontram separados fisicamente ou temporalmente, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Este tipo de formação não é propriamente uma novidade. Já há muitos anos que se utiliza a formação por correspondência ou pela visualização de emissões televisivas, quer directas, quer pelo recurso à videogravação.

As possibilidades técnicas de que hoje dispomos permitem disseminar conteúdos de ensino não apenas numa direcção (televisão) mas nas duas (Internet) fortalecendo-se, por conseguinte, o processo de aprendizagem.

¹⁶ O fosso entre os países desenvolvidos do Norte e os países menos desenvolvidos do Sul tem vindo a crescer. Contudo, o Sul, já não constitui um bloco homogêneo pois os NPI's têm revelado níveis de apetrechamento técnico importantes, surgindo até uma nova geração de NPI's, pelo menos no Sudoeste Asiático, já que na América Latina os desenvolvimentos recentes não são claros no que ao apetrechamento em novas tecnologias diz respeito.

¹⁷ SILVA, Libório (1996), p. 110

¹⁸ Idem (em 1996, Portugal detinha 0,26% da capacidade computacional mundial, enquanto os EUA detêm 48% e a Espanha 1,74%), p. 15

¹⁹ Rede informática e de telecomunicações mundial, in MAGALHAES, José (1995)

Aula de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação, 10º Ano, novo currículo), numa Escola secundária do interior de Portugal.



Nota: A sala de aula, retratada em Outubro de 2004, tem na Escola a designação de “Laboratório de Informática” e, encontrava-se apenas em uso, há dois meses. Os equipamentos existentes foram financiados no âmbito do QCA-III, Eixo prioritário: Sociedade de Aprendizagem, Medida 9 (FEDER) - Tecnologias de informação e comunicação. É a primeira vez que a Escola tem uma sala equipada com ligação à rede mundial de computadores “Internet”. A taxa de ocupação é máxima, pelo que, para além da disciplina de TIC, não é passível de outros usos disciplinares.

Contudo, distinguem-se geralmente três grandes etapas neste percurso e que hoje subsistem, ao mesmo tempo que se complementam:

Iª - Auto- formação apoiada na leitura de documentos impressos (desde João Gensfleisch; cogn. Gutenberg, 1397-1468).

IIª - Auto- formação com recursos a produtos multimédia ou multimodo (documentos impressos, sistemas áudio, videocassetes, computadores de secretária autónomos, CDRom, ...)

IIIª - Auto- formação com recurso a tecnologias interactivas, permitindo que os estudantes estejam ligados em tempo real por “chat” ou videoconferência (a Internet²⁰ permite a interactividade).

Se as duas etapas iniciais eram fundamentalmente alvo de uma procura individual, actualmente, a *e- formação* é principalmente procurada pelas empresas que ambicionam desenvolver competências de gestão e/ou fortificar capacidades técnicas específicas. No entanto, essa procura, ainda está longe do interesse por formações de base alargada

²⁰ As ferramentas para educação à distância incluem o uso da Web, para acumulação e reenvio de conteúdos de formação, correio electrónico para comunicação entre professores e alunos ou entre estes, “newsgroups” e “mailing lists” que criam espaços de debate e os “chat’s” podem revelar-se como equivalentes, embora ainda com claras limitações, das salas de aula. É possível ainda imaginar-se o que resultará do perfeito funcionamento de sistemas vídeo “on-line” pela Internet no que diz respeito à recriação virtual de salas de aula.

ou generalistas²¹, o que nos permite afirmar que os sistemas tradicionais de ensino/aprendizagem manterão o seu marcante papel na sociedade.

2.2 Novos posicionamentos da oferta de formação de nível superior.

O surto de inovação que a humanidade conheceu no século XX (fundamentalmente na segunda metade) não revolucionou as instituições educativas²² coevas já que os modelos educativos permaneceram os mesmos, a educação/aprendizagem continua a ser presencial e o financiamento continua a ser principalmente público.

Hoje em dia, o quadro tecnológico, centrado na electrónica e tecnologias de informação/comunicação está na base do arranque de profundas mudanças, em especial, no que respeita ao ensino de nível superior. Esta profunda transformação transporta novas oportunidades para as instituições de ensino superior, mas por outro lado, também pode acarretar riscos de obsolescência e desemprego.

Assim, entendido o quadro tecnológico como o suporte de novas oportunidades, é lícito conceber que as instituições universitárias, fruto de influências do quadro económico geral vigente, venham a considerar os alunos como meros consumidores e que se esforcem por fornecer uma oferta educativa diversificada e/ou formação super actualizada (just-in-time) e orientada pelas necessidades voláteis da procura (on demand). Hoje, esta premissa, já se considera razão de sobrevivência das instituições universitárias.

Neste contexto, é muito provável, que a oferta de formação por via electrónica passe para as mãos de empresas globais²³, com implicações brutais a nível do emprego docente, da orientação da formação e, mais importante ainda, da valorização do saber/orientação da investigação.

Empresas de conteúdos apoiadas nas redes mundiais (ou mesmo possuindo-as) podem construir cursos electrónicos sofisticados, com a chancela de prestigiados cientistas e a baixos custos, o que pode ser fortemente apeteável.

2.3 - Motores no reforço da procura de formação à distância.

Um conjunto inovador de características, constitui a base de atractividade das novas tecnologias. Estas vão da já grande facilidade de utilização até à poupança de meios e tempo.

Os entusiastas afirmam que “o utilizador pode, através da simples pressão de um botão, navegar à sua vontade por obras educativas, culturais ou simplesmente lúdicas, que são um cocktail mais ou menos harmonioso de livros, de discos e de filmes”²⁴.

As novas formas de educação não presencial têm ainda a seu favor importantes melhorias de eficácia pois, “contrariamente aos *media* tradicionais, consumidos de forma linear e preferencialmente passiva, os programas digitais estão dotados de um certo grau de interactividade.”²⁵

²¹Não são ainda abundantes os fornecedores de formação que assegurem qualidade de conteúdos formativos e da tecnologia envolvida, sendo necessário, para ultrapassar esta dificuldade, a realização de parcerias de know-how entre organizações privadas (fornecedoras de acessos) e públicas (detentoras de conteúdos e certificações).

²²As instituições de Ensino Superior

²³Empresas que concentram simultaneamente recursos técnicos, conteúdos, meios financeiros, centros de investigação e fornecimento de acessos às redes de telecomunicações globais.

²⁴NORA, Dominique (1996), p.9

²⁵Idem, ibidem.

Na vertente dos custos, a cada ano que passa, verifica-se a sua redução. Esta redução resulta, por um lado, do efeito conjugado do aparecimento de custos decrescentes das infra-estruturas tecnológicas²⁶ ao mesmo tempo que aumenta a sua capacidade²⁷, por outro, do efeito de rede que promove a inovação no serviço (fonte do crescimento da produtividade) e, finalmente, do fenómeno dos rendimentos crescentes (já que os maiores gastos se efectuaram nas fases de desenvolvimento inicial da tecnologia reduzindo-se desde aí os custos marginais.²⁸

Por parte da oferta, surge a necessidade de criar novos consumidores de formação, já que se vai instalando uma tendência para a redução do número de formandos ditos “clássicos”, realçando-se em importância crescente a procura de formação contínua. Neste sentido devemos prestar muita atenção aos sinais que a realidade nos mostra. O crescimento da oferta de formação através de redes electrónicas pode consubstanciar um caminho de inovação em termos de oferta formativa e, neste sentido, é possível que venha a acontecer aquilo que Manuel CASTELLS, designa por “dependência das trajectórias”²⁹. Na sua opinião “uma vez alcançada uma determinada inovação, as trajectórias tecnológicas terão tendência a seguir o caminho marcado por essa inovação”. Acrescenta depois que os pioneiros obterão clara vantagem competitiva, aguçando-se, em consequência, o apetite dos espíritos empreendedores por este tipo de investimentos.

Interessa ainda realçar que a complexidade resultante da emergência da Sociedade do Conhecimento impulsiona os trabalhadores na procura de educação à distância, sempre que o seu trabalho cresce em complexidade, quando têm limitações de mobilidade ou económicas ou ainda pela impossibilidade de realizar deslocações por imperativos de natureza familiar.

2.4 – O bom e o sofrível na e-formação.

A *e-formação*, como qualquer outro sistema de formação, apresenta algumas vantagens:

- a) Redução de custos por formando, para as empresas, redução de custos para os formandos.

A necessidade de se encontrarem modelos de distribuição de conhecimento e de conteúdos formativos para trabalhadores geograficamente dispersos, conjugada com a constatação, pelas empresas, de que são consumidos mais recursos e dinheiro através dos métodos tradicionais de formação,³⁰ nomeadamente na deslocação e alojamento de formadores e formandos, levou a que reorientassem as suas estratégias de formação.

Acrescem ainda as possibilidades específicas da *e-formação*, que permitem às organizações estender temporalmente o impacto da formação, distribuir conhecimento rapidamente e de forma global, bem como possibilitar a re-utilização e enriquecimento de conteúdos, potencialmente, a custo zero.

- b) Grande autonomia nas aprendizagens, dado que proporciona percursos de formação personalizados.

A possibilidade de acesso a uma formação personalizada, em que a cada pessoa é possibilitado aprender de acordo com as suas necessidades e o seu próprio ritmo de aprendizagem, surge como um factor de distinção das soluções “e-formação”. As soluções de aprendizagem baseadas nas tecnologias

²⁶Redes dedicadas, auto-estradas da comunicação, banda larga, aumento de capacidade, custos mais baixos, aumento de eficiência.

²⁷Por exemplo a Lei Moore, postula que a indústria micro electrónica se consiga – a preços constantes – duplicar a potência dos seus chips todos os dezoito meses.

²⁸CASTELLS, Manuel (2004) p.128

²⁹CASTELLS, Manuel (2004), p. 128

³⁰O que fará tanto mais sentido quanto mais se desenvolvem as tecnologias de informação e comunicação disponíveis.

de informação criam também mais espaço para as diferenças e estilos individuais na aprendizagem. Refiro-me, particularmente, à auto-formação (e auto-avaliação) como possibilidade de utilização constante e re-aproveitamento dos conteúdos formativos, disponíveis numa base tecnológica. Isto permite que as pessoas possam utilizar esses conteúdos as vezes que necessitarem, dando-lhes um maior controlo sobre o processo de aprendizagem, nomeadamente sobre a construção do seu percurso formativo, associando, adicionando, ou eliminando conteúdos.

- c) Alarga o ensino a grupos populacionais afastados geograficamente de Escolas e Universidades.

Comunidades virtuais, organizadas em redor de interesses específicos e valores partilhados em comum, permitem que culturas locais se mundializem e se fortaleçam, mesmo quando, fruto de migrações, os seus membros se dispersam por espaços longínquos. A manutenção da ligação permite a afirmação da especificidade local, na rede global, fortalecendo relações de pertença, transmitindo e enriquecendo o legado cultural recebido, base da coesão da comunidade. Este uso é importante para as minorias.

- d) Responde à dificuldade, provocada pela constante desactualização dos conhecimentos, característica da Sociedade de Informação.

A formação “just-in-time” constitui uma resposta à desactualização dos conhecimentos, principalmente nos sectores onde, o esforço de acrescentar novo saber, anula conhecimento, à medida que o substitui ou re-estrutura, e, como o ciclo de substituição se vai encurtando, maior é a necessidade de, por motivos temporais, actualizar conhecimentos naqueles que abandonam as tradicionais instituições de formação após a conclusão dos seus cursos.

- e) Abre um leque de novas respostas de ensino a empresas e instituições especializadas, criando possíveis sinergias pela partilha de soluções entre elas.
- f) Possibilita, a pessoas com necessidades especiais (deficientes motores, hospitalizados,...), o acesso à formação.
- g) O conteúdo da formação disponibilizada em rede pode ser enriquecido, acrescentando-se conhecimento pela interacção entre os intervenientes e entre estes e o fornecedor dos conteúdos.³¹

Se até ao momento temos apenas detectado vantagens na *e-formação*, competemos também identificar-lhe algumas desvantagens, que a seguir se enumeram, sem pretendermos ser exaustivos:

- a) Redução, e flexibilização do emprego docente;

A comunicação de um para muitos (potencialmente para todos os que tenham acesso a uma ligação), acompanhada pela alteração das formas de certificação de saberes, pode diminuir substancialmente o emprego docente institucionalizado. No entanto, este fenómeno não apresentará a dimensão por muitos esperada, já que, a procura de formação aumentou e, além disso, os conhecimentos estão em constante reformulação.

- b) Crescimento do trabalho docente a tempo parcial, do trabalho temporário, dos contratos a termo certo.

Trabalho por projectos específicos de formação que respondam às rápidas variações da procura, sempre em mudança quer, pela rápida evolução do quadro tecnológico quer, pelas movimentações bruscas, por exemplo, das realidades sócio-políticas.

- c) Isolamento social dos estudantes;

Embora não haja consenso a este respeito, já que o uso da Internet se tem revelado, em alguns casos,

³¹“A informação disponibilizada livremente é informação que pode ser enriquecida (...) o output de um utilizador deverá ser o input de outro” como refere Jorge FERREIRA, (1999) p. 110, e, atendendo ainda, ao “efeito da rede” que refere Manuel CASTELLS, (2004), p 128, quantos mais formandos houver num determinado percurso de formação em rede, maior é o benefício dessa rede de formação para cada um individualmente.

como um veículo potenciador da manutenção de relações sociais alargadas, sendo necessário ainda, perceber-se até que ponto se alteraram na Sociedade da Informação, os processos de sociabilização a que estávamos habituados.

d) Crescimento das disparidades entre indivíduos;

Em “oceanos de informação” a capacidade de orientação é uma condição prévia à obtenção do saber. Levanta-se desta forma a questão da “abrangência civil nas sociedades da informação, temendo-se que também por esta via se reforcem as disparidades individuais”.³²

e) Homogeneização da formação (uniformização da cultura);³³

f) Maior dependência das áreas periféricas face ao centro de produção de conteúdos.

g) Dificuldades em garantir a propriedade intelectual quando os conteúdos são disponibilizados em formato digital pela Internet.

2.5 - Globalização/Mundialização.

Aos iniciais movimentos de criação de grandes conglomerados industriais ou financeiros de empresas, sucederam-se as concentrações no sector das novas tecnologias, quer de fornecimentos de acessos à rede, quer de conteúdos e, até, ultimamente, dos dois (AOL, TIME WARNER). Este movimento está agora em curso no sector da formação “não presencial”.

Assumindo que estes processos são benéficos para o desenvolvimento de vastas comunidades humanas, e caso este vector corresponda a uma realidade próxima, “as instituições do ensino superior estão extraordinariamente bem colocadas para, explorando o fenómeno de globalização, reduzir o “défice de conhecimentos” e enriquecerem o diálogo entre povos e culturas”.³⁴

Esta seria, sem dúvida, uma vantagem evidente do fenómeno integrador global³⁵ que é hoje, com razão, motivo de acesos debates a propósito das desigualdades que gera, pese embora se acentuem esforços no sentido de “invocar o progresso tecnológico para explicar o aumento das desigualdades nos países ricos, não considerando o papel”, central, “que a globalização tem no seu crescimento.”³⁶

Há autores, todavia, que concebem o aparecimento de maiores desigualdades a partir do reforço das disparidades tecnológicas, como é o caso de Paul Krugman.

Nesta discussão deveria ainda explorar-se os malefícios ou virtudes:

- da mecanização/automatização em progresso no sector dos serviços e suas implicações na redução do número de empregos protegidos e expostos, conforme são entendidos por Pierre-Noel Giraud.³⁷
- da crescente especialização dos territórios e da correspondente dependência que tal caminho encerra (por exemplo para fazer frente a choques assimétricos)
- das relações conteúdos/valor³⁸ *versus* negócio/emprego pois, por exemplo, no

³² Missão para a sociedade da informação (1997), p. 36

³³ “As novas tecnologias da informação estão a produzir de modo acelerado novas condições para uma cultura global” RIBEIRO, António (2001) *in* SANTOS, Boaventura de Sousa, org., op. cit., pag. 465

³⁴ Missão para a sociedade da informação (1997), p. 35

³⁵ “As tecnologias da informação podem trazer novos meios de aproximação entre a Escola e o Mundo envolvente, criando uma aldeia global do ensino” *in* Missão para a sociedade da informação (1997), p. 37

³⁶ GIRAUD, Pierre-Noel (1999), p. 78

³⁷ GIRAUD, Pierre-Noel (1998), pp.143-154

³⁸ “A informação é o recurso estruturante da nova sociedade emergente, o seu valor decorre mais da capacidade de uso do que da mera disponibilidade” *in* Missão para a sociedade da informação (1997)

sector da formação, nem todo o conhecimento tem elevado valor comercial e como tal nem todas as novas actividades criam emprego duradouro.

2.6 - Ensino Superior.

Conjugar conteúdos diversificados, promovendo a sua disseminação, deve constituir uma oportunidade e, tendencialmente, um imperativo de qualquer Universidade que não pode alhear-se da decisão estratégica de usar as redes para a transmissão do conhecimento científico e cultural.

Neste contexto, só o financiamento público estatal faz sentido (é possível), pelos efeitos e custos de tal decisão, pois a iniciativa privada não se entusiasma com a possibilidade de empreender acções com lógicas integradoras e generalistas, que frutificam normalmente a longo prazo. Mas, não será de excluir, a construção de parcerias público/privado, já que a nova economia está ciente do potencial reprodutivo dos investimentos na informação e cultura em termos de curto e médio prazo.

Estas parcerias permitiram a entrada do sector privado na exploração de um dos últimos sectores a sofrer a imposição da lógica de mercado, pois, “para além de permitir um verdadeiro alargamento do mercado”, o ensino usufrui, através do “ciberespaço” daquilo a que Edward S. Herman chama o “aprofundamento do mercado”, que se tem operado “tanto nos produtos habituais de lazer como no ensino, sendo certo que este, pelo menos até agora, tinha ficado de fora dos imperativos do mercado”³⁹

Esta tendência só é verdadeiramente contrariada com o argumento de que “nada pode substituir a riqueza do diálogo pedagógico”⁴⁰, pois o ensino à distância “não deve ser substituído dos contactos entre professores e alunos e destes entre si” apenas “deve ser um complemento aos métodos pedagógicos bem sucedidos e contribuir para enriquecer a qualidade do ensino”⁴¹.

Noutra direcção, levanta-se a questão crucial que a nova economia não resolveu ainda: a da propriedade intelectual.

A forma como o direito de propriedade tem sido entendido pelas sociedades ao longo do tempo, sempre foi importante para os processos de crescimento económico. A regulação e reconhecimento público do direito de propriedade sem limitações, importante na agricultura desde que se extinguiram os direitos de uso comunitários, em Inglaterra, ou a importância para o sector industrial do registo de patentes, não tem correspondência prática nas criações da nova economia. Há mesmo dificuldades em enquadrar esse direito, já que “a “era do digital” é igualmente susceptível de revolucionar os modos de gestão dos direitos de propriedade intelectual”, pois o digital “oferece a possibilidade de um regresso a uma gestão mais individual pelo próprio titular do direito”⁴². Não obstante, a questão posta nestes termos não resolve uma importante controvérsia: a da “atribuição da titularidade dos direitos de exploração”. “Qual destes elementos, o autor, criador humano, ou a organização, gerador económico, deve possuir os direitos de exploração?”⁴³

O direito das *belles lettres* torna-se um direito económico e tecnológico; “ele é o gerente e o garante da “propriedade intelectual”, essa riqueza primordial da sociedade

³⁹ SCHILLER, Dan (2001) p. 16

⁴⁰ Missão para a sociedade da informação (1997), p. 35

⁴¹ Idem, p. 37

⁴² MARTIN, Jean in CORDELLIER, Serge (dir.) (2000), p.197

⁴³ Idem, Ibidem.

Jovens adolescentes empenhados no uso da “internet” para recolha de informação, numa Escola Secundária Portuguesa.



da informação. O criador está implicado e, juntamente com ele, hoje mais do que nunca, todos os que investem na criação.”⁴⁴

Como reverso da medalha pode resultar menos investigação fundamental, pois a cópia indiscriminada ou a sensação de despojo, paralisa.⁴⁵

Sob o ponto de vista do destinatário (consumidor de formação) levanta-se por vezes (e convém que se dê o justo relevo a esta questão), o problema do reconhecimento dos conhecimentos que obteve pelo produto que comprou. Não só o reconhecimento atestado no diploma que pode obter mas, mais do que isso, o valor que a comunidade dá a esse mesmo diploma, como alavanca de valorização profissional e pessoal.

Daqui resulta a previsão de um conjunto de problemáticas que urge superar, pois sendo a mudança inexorável, pode ser retardada mas não parada ou, como alguns o almejavam, revertida, já que o grande e anárquico fluxo de informação que percorre as redes mundiais de computadores, ao contrário do que se pensava, pela democratização no acesso à informação, reintroduz a necessidade de uma competência para aceder a essa informação, “sem a qual o utilizador é abalado e enganado”. O bom utilizador da rede “é o que dispõe da melhor bagagem.”⁴⁶ Se a rádio e depois a televisão permitiram que analfabetos tivessem igual oportunidade de acesso à informação, alterando as realidades anteriores dependentes da imprensa escrita, agora, os indivíduos que não tiverem desenvolvido competências em tecnologias de informação (infoanalfabetos), voltarão a ter, como na era da imprensa, menor possibilidades de se informarem.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

⁴⁵ A este respeito há quem defenda, de certo modo, uma postura contrária, ao acreditar que a distribuição livre de conteúdos (o equivalente “open source” para o caso do software), pode favorecer o enriquecimento dos próprios conteúdos inicialmente disponibilizados, traduzindo-se esse enriquecimento num bem acrescido à disposição da comunidade, difundindo conhecimento de forma generalizada.

⁴⁶ CHARON, Jean-Marie in CORDELLIER, Serge (dir.) (2000) p.179

3. A finalizar...

É crescente a tendência para o aumento do número de docentes com vínculos precários a desenvolverem formação, por encomenda, para empresas privadas na área do ensino não presencial. Contudo, esta tendência talvez não possa prolongar-se indefinidamente, já que escamoteia a dimensão colectiva da aprendizagem. É o processo colectivo de aprendizagem que está na base do progresso científico e tecnológico⁴⁷. A simples circulação de informações (embora imensa) não permite, pura e simplesmente, a realização de todos os tipos de aprendizagens.

Esta constatação resulta da distinção entre o que se entende por informações codificáveis e informações tácitas. As informações codificáveis, resumidamente, são aquelas que podem ser escritas e transmitidas (nos nossos dias pela Internet, em tempo real e a custos sempre menores). As informações tácitas, não podem ser reduzidas a escrito e só podem ser trocadas e acumuladas graças a um processo de presença física de uns para os outros. “São as informações que, para serem transmitidas e acumuladas, exigem não só que se trabalhe em conjunto como também que se trabalhe em conjunto em determinadas condições; decerto não se trata de trabalhar em conjunto estando cada um em seu canto do mundo e todos ligados apenas por uma rede de computadores⁴⁸. Elas exigem que as pessoas se vejam, discutam, se observem, sintam as reacções umas das outras, tenham a intuição daquilo que são, fazem e podem fazer às outras. Estas informações tácitas são essenciais para a eficácia do processo de aprendizagem.”⁴⁹

Embora a e-formação tenha ainda um grande potencial de crescimento, é difícil aceitar-se que conquiste a hegemonia na oferta de formação de nível superior. Não quer isto dizer que a sua capacidade competitiva, neste sector, seja reduzida, mas é óbvio que é relativamente menor àquela que tem em áreas ligadas à formação técnico-profissional, adicional (life-long learning) ou de contínua actualização.

Em todo caso, é sempre importante defender a liberdade de ensino, liberdade que não pode cingir-se às lógicas do lucro dos neófitos do sector, por mais que apregoem ser sua vontade levar o saber, uniformizando-o, aos quatro cantos do mundo. Por conseguinte, a adopção de novos meios tecnológicos irá alterar métodos de ensino mas, o seu impacto no processo de criação de novos conhecimentos, só será significativo, nas áreas que directamente lhe são inerentes.

⁴⁷ As redes de comunicação como a Internet, dentro de determinadas condições e em algumas áreas, podem propiciar essa aprendizagem colectiva.

⁴⁸ A cultura “hacher”, no campo do desenvolvimento tecnológico, parece ter superado algumas das dificuldades que, a não presença física, apresenta.

⁴⁹ GIRAUD, Pierre-Noel (1999), p. 110

Bibliografia.

- AZNAR, Guy (1996) *Emploi: la grande mutation*, Hachette, Baume-les-Dames.
- CASTELLS, Manuel (2004) *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. (ed. ing. 2001)
- CORDELLIER, Serge (dir.) (2000) *O novo estado do Mundo – 80 ideias-força para entrar no século XXI*, Campo das letras, Porto (ed. fr., 1999).
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge (2001) *Comunicação, Internet, as universidades e o futuro próximo*. in *Economia e Sociologia*, n.º 71, GIAS, Inst. Sup. Económico e Social de Évora, Évora. pp. 115-124.
- ERT-La Mesa redonda de los Industriales Europeos (1997) *Investir en conocimiento. La integración de la tecnología en la educación europea*, ERT, Bruselas.
- FERREIRA, Jorge (1999) *O impacto das tecnologias de informação na Geografia e nas Redes de Geografia*. in *GeoINova*, n.º 0, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, UNL, Lisboa. pp. 109-115.
- GIRAUD, Pierre-Noel (1998) *A desigualdade do Mundo. A economia do Mundo contemporâneo*, Terramar, Lisboa (ed. fr., 1996)
- GIRAUD, Pierre-Noel (1999) *A economia é coisa do diabo?*, Terramar, Lisboa (ed. fr., 1998)
- GONÇALVES, Raquel (1991) *Ciência, Pós-Ciência, Metaciência, tradição, inovação e renovação*, Terramar, Lisboa.
- GUELLEC, Dominique e RALLE, Pierre (2001) *As novas teorias do crescimento*, Civilização Editora, Porto. (ed. fr., 1995)
- KLEIN, Naomi (2002) *No Logo, o poder das marcas*. Relógio D'Água, Lisboa. (ed. ing. 2000)
- MAGALHAES, José (1995) *Roteiro prático da Internet*, 4ªed, Ed. Quetzal, Lisboa.
- Missão para a Sociedade da Informação (1997) *Sociedade da Informação - Livro verde para a sociedade da informação em Portugal*, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Lisboa
- NORA, Dominique (1996) *Os conquistadores do ciberespaço*, Terramar, Lisboa (ed. fr., 1995)
- SANTOS, Boaventura de Sousa, org. (2001) *Globalização. Fatalidade ou utopia?*, Ed. Afrontamento, Porto.
- SCHILLER, Dan (2001) *A globalização e as novas tecnologias*, Presença, Lisboa (ed. ing. 1999)
- SILVA, Libório (1996) *Guia da Internet em Portugal*, Presença, Lisboa.
- VENDRAMIN, Patricia e VOLENDUC, Gerard (1998) *TIC e desenvolvimento local: Oportunidades ... em certas condições*. in *LEADER Magazine*, n.º19, A.E.I.D.L./ Observatório Europeu LEADER, Bruxelas.
- VINDT, Gérard (1999) *500 anos de capitalismo. A mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*, Temas e Debates, Lisboa (ed. fr. 1998)

@ On-line links

General Links

Oferta e discussão subordinada à e-formação – <http://www.educaweb.com>

Descrição, referências, discussão - <http://bookstoread.com/framework/>

Apontador - <http://www.fti.ipb.pt/FTIRecursos/INDEXlinks.ASP>

Papers:

CARVALHO, Paulo; GASPAR, Teresa (2001) *Mão-De-Obra Digital: O Bem mais escasso da Nova Economia?* Prospectiva e Planeamento, n.º 7 in <http://www.dpp.pt/pt/Estudos.htm>

COSTA, Fernando e PERALTA, Maria Helena (2002) *e-learning. Formação de formadores para a construção de Contextos de aprendizagem significativa*, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. in <http://www.fpce.ul.pt/~ulfpcost/sincrona/mestrado/index.htm>

COSTA, Luís Miguel, LAGOA, Helena e REMOALDO, Pedro (1998) *How Universities use Information Technology in the teaching and learning process*, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto in <http://www.fe.up.pt/~mgi97018/is/itinuni.html>.

FRANCIS, Carlos (2002) *Professor electrónico* in http://www.gestaoerh.com.br/visitante/artigos/educ_029.php

VEIGA, Francisco (2001) *O e-Learning em Portugal*, U.Minho, in <http://piano.dsi.uminho.pt/grupok3/bibdig/e-Learning%20em%20Portugal.pdf>. Parte de uma dissertação submetida para a obtenção do grau de Mestre. (possui listagem da oferta e-formação em Portugal, 2000).

NETO, Francisco Lobo (2002) *Educação A Distância: Regulamentação e Realização* in <http://www.senac.br/informativo/BTS/282/boltec282e.htm>.

RURATO, Paulo, GOUVEIA, Luís (2002) estudo dos factores de sucesso em ambiente de ensino à distância. U. Fernando Pessoa, Porto in http://www2.ufp.pt/staf/lmbg/com/virtual_edu_valencia_2002.pdf

TONELLI, Márcio (2004) *Educação à distância e o longo caminho para a experiência do aprendizado efectivo* in http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am625_2003/Marcio_Tonelli_artigo.html